

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte PORANTIMClass.: 881Data JUN/85

Pg.: \_\_\_\_\_

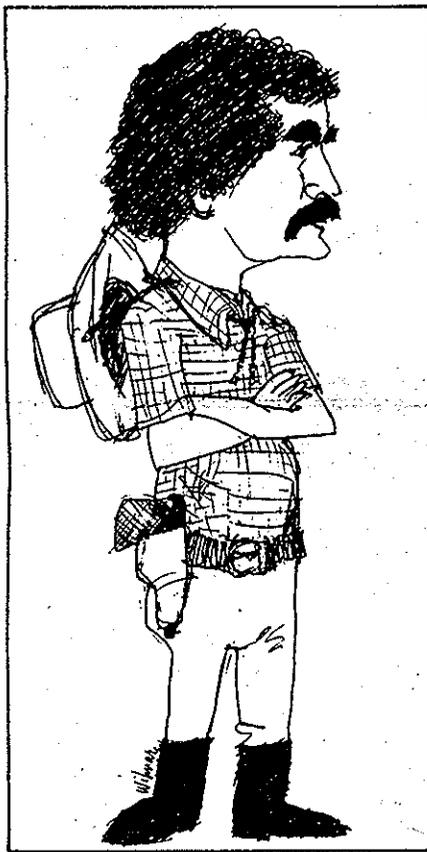
# Velhos nomes e vícios se perpetuam na "nova" Funai

Dois meses depois da inauguração da "nova República", ficaram definidos os rumos que a política indigenista tomará. Com a nomeação do novo presidente, Gérson da Silva Alves, dia 15 de maio, estava confirmada a linha a ser seguida pelo governo da chamada "Aliança Democrática": o continuísmo. O contador e sargento reformado Gérson e o sertanista Apoena Meirelles, empossado superintendente-executivo, são expressões desta tendência, predominante no preenchimento dos cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões. O contador, que era superintendente quando da gestão do delegado Nelson Marabuto, ocupava interinamente o cargo desde o dia 19 de abril (ver *PO-RANTIM* n.º 75), em substituição a Aírton Carneiro, inabilmente designado para o posto pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, e impedido de tomar posse por algumas lideranças indígenas que se encontravam em Brasília no Dia do Índio.

O Ministro do Interior tentou justificar a indicação afirmando que "qualquer nome que se escolhesse não seria do agrado geral. Haveria descontentes. Optou-se, então, depois de ouvir diversas pessoas e representantes de 13 nações indígenas, pelos nomes de Gérson Alves e Apoena Meirelles". As "diversas pessoas" que o ministro ouviu, não é difícil imaginar quem foram. Um dos que encabeçam a lista é Orlando Vilas Bôas, que defendeu a indicação do superintendente. A lista dos que não foram ouvidos é longa demais para citar... Só um exemplo: dia 8 de maio, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do Governo no Congresso, entregou a Costa Couto um documento, subscrito por 16 deputados da Comissão do Índio, indicando o advogado Carlos Frederico Marés de Souza Filho para presidir o órgão

tutor. Marés contava com o apoio aberto da UNI (União das Nações Indígenas), da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e do ex-secretário do Trabalho de Minas Gerais, Ronan Tito, que patrocinou o I Congresso dos Índios daquele Estado (ver *PO-RANTIM* n.º 65).

No mesmo 8 de maio, uma equipe de 13 indigenistas da Funai entregou ao Ministro do Interior um documento intitulado "Plano de Trabalho da Funai", onde indicavam os nomes de Odenir Pinto de Oliveira, Áureo Fa-leiros e Marcos Terena para dirigir o organismo. O primeiro, que seria o presidente, é assessor para a área xa-



vante; Áureo é Diretor do Patrimônio Indígena; e Marcos Terena, ex-chefe de gabinete da Funai, nas gestões Jurandy e Marabuto, está lotado no novo Ministério da Cultura, como assessor para questões indígenas.

Um dia depois das nomeações de Gérson e Apoena, o deputado Márcio Santilli (PMDB-SP), da Comissão do Índio, pediu a exoneração de Costa Couto, que, segundo o parlamentar, "revelou-se uma pessoa sem a firmeza necessária, sem o conhecimento de causa necessário para conduzir as questões afetas à política indigenista brasileira", ao indicar um sargento reformado para presidir o órgão tutor.

Dia 17 de maio, sob protestos das mais variadas entidades e pessoas, tomam posse Gérson e Apoena, com a assistência de apenas 26 dos 300 índios que se encontravam em Brasília. O único parlamentar presente era o Xavante Mário Juruna, o grande articulador da campanha pró-Gérson. Apoena disse que assumia "sem espírito revanchista" e disposto a não aceitar a tutela de grupos da Funai ou de fora do órgão. Gérson Alves garantiu que "o diálogo será a nossa arma". Costa Couto aproveitou para defender a reformulação da Funai, com maior autonomia para as delegacias regionais e fez um apelo para que os índios que permaneciam no Distrito Federal retornassem as suas áreas.

O Ministro do Interior frisou, diversas vezes, durante a posse, que Apoena Meirelles não pleiteara o cargo — o que, ficou subentendido, não era o caso de Gérson. O contador, aliás, abrihantou a festa com a preciosa frase: "Esta nomeação deixou-me surpreendido". O resultado da auditoria contábil e administrativa, iniciada dia 20, pela Secretaria de Objetivo Interno do Minter, com o objetivo de levantar a real situação da autarquia, também poderá "sur-

prender". Maior surpresa causaria um inquérito no órgão, feito por uma comissão de sindicância, pois uma simples auditoria não conseguirá levantar tanta corrupção.

Do atual governo, os índios não podem esperar muito, principalmente após a primeira demonstração do que lhes está reservado. Segue-se às nomeações infelizes uma "grande idéia" de Costa Couto. O Ministro afirmou, dia 15 de maio, que, além da indicação do sertanista e do contador — que "têm idéias administrativas descentralizadoras" — pretende criar um "Conselho de Indigenismo (sic) com a participação de nomes notáveis desta área, como os Villas Bôas, pois queremos o melhor para os nossos índios".

